

APRESENTAÇÃO

Em 2019, com o apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, realizamos a pesquisa *Trajatórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional*, pautando-se na seguinte questão: quais as diferenças entre a vivência de práticas cotidianas e relações socioafetivas dos jovens acusados do cometimento de ato infracional?

A pesquisa interinstitucional, realizada através de convênio entre a Universidade Federal Fluminense e o Ministério Público do Rio de Janeiro, em linhas gerais, visou analisar, de forma inédita, as entrevistas desenvolvidas nos anos de 2017, 2018 e 2019 pelos Promotores Públicos do estado do Rio de Janeiro das 1ª a 4ª Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital a partir das oitivas informais dos adolescentes em conflito com a Lei (liberados e apreendidos), acusados de cometimento de ato infracional, a fim de propor estratégias para implementação de políticas públicas que tenham como escopo prevenir o envolvimento na prática de atos infracionais e executar as medidas legais educativas e de responsabilização deste grupo.

O banco de dados utilizado na pesquisa foi gerado a partir da observação do conteúdo registrado nos termos de oitivas informais realizadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com adolescentes e jovens sob suspeição ou envolvidos em prática de ato infracional no município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2019. Após o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAO Infância e Juventude Matéria Infracional) disponibilizar mensalmente os documentos através de mídia digital subsequente às oitivas, os dados foram inseridos em uma base de dados especialmente criada para o projeto, sendo categorizados pela equipe da Universidade Federal Fluminense.

O projeto foi aprovado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) no Edital Faperj nº 10/2019 – Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (2019) e, em 2019 e 2020, foram publicados os seus resultados parciais através dos relatórios *Perfil dos adolescentes e jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro (2017, 2018 e 2019)*.

Em 2022, Renan Saldanha Godoi defendeu a sua tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF, *Em conflito com a lei: um estudo sobre o “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de prática de ato infracional no Rio de Janeiro (2017-2019)*. A sua pesquisa teve como objetivo analisar o “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de prática de ato infracional na cidade do Rio de Janeiro.

O estudo, como os demais realizados pelo Grupo até o momento, adotou como categorias de análise o jovem como vulnerável, como vítima e como eventual autor de ato infracional, buscando compreender processos de criminalização da juventude e suas possíveis interfaces com experiências de vulnerabilidade e violações de direitos em seus territórios de moradia. Como importante avanço para os estudos nesta direção, propôs a construção do Índice de Vulnerabilidade-Vitimização (IVV) a fim de mensurar como o acúmulo dessas experiências poderia impactar na eventual vivência infracional dos indivíduos.

Através destes estudos realizados pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade tem sido possível evidenciar que estes jovens, além da prática do ato infracional e das inúmeras diversidades, apresentam outros elementos convergentes para além da já tão repetida descrição de que são pobres, negros e do sexo masculino. Eles compartilham entre suas experiências outras formas de tensões que, muitas vezes, se apresentam em seus discursos não só sobre as explicações que dão para a prática dos atos infracionais, como nos relatos sobre as vitimizações sofridas e as vulnerabilidades enfrentadas. São, portanto, autores de atos infracionais, vítimas e vulneráveis.

A realização destes estudos sobre a vulnerabilidade de jovens a violência, sem sombra de dúvida, oportuniza uma grande quantidade de informações sobre o comportamento juvenil e sobre a vitimização. Acreditamos que os seus resultados contribuem para as políticas com fins de prevenção da criminalidade – prevenção baseada em evidências fundamentada na avaliação dos programas existentes, ou no conhecimento acerca dos fatores correlacionados à criminalidade. Podem ser usados para programas de prevenção e combate à delinquência juvenil e violência nos níveis primário (ações que se propõem a prevenção a qualquer situação delituosa), secundário (ações que se relacionam aos sujeitos após a prática do ato infracional) e terciário (como proposta de assegurar a não reincidência), isto em decorrência da amostra lidar com jovens que não delinquiram, aqueles que delinquiram uma vez e os que estão reincidindo.

Como mais um produto dos estudos desenvolvidos pelo Grupo, considerando a complexidade do tema, este livro visa, tão somente, contribuir com o debate apresentando alguns resultados da pesquisa. Fruto do trabalho realizado em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro, esta obra reúne 07 artigos produzidos por profissionais e pesquisadores com experiência em estudos sobre políticas de restrição e privação de liberdade.

No primeiro capítulo, “Juventude: elementos e conceitos para compreensão da categoria”, considerando a diversidade de questões que envolvem os conceitos adolescência

e juventude, temática que perpassa por diferentes áreas do conhecimento, Gláucia Maria Ferrari e Elionaldo Fernandes Julião procuram resgatar a compreensão de que pensar esses conceitos implica, necessariamente, caminhar por caminhos já trilhados e perpassados por tensões, disputas e polissemias. Como categorias construídas a partir de múltiplas dimensões, os autores propõem a ampliar o debate e contribuir com a reflexão, sinalizando para alguns elementos fundamentais em seu processo de construção, tais como: aspectos geracionais, a questão da diversidade e da diferença, a relação com o tempo, a dimensão da experiência e da cultura, dentre outros.

No segundo capítulo, “Sistema de justiça juvenil: breves apontamentos sobre a oitiva informal de adolescentes acusados de prática de ato infracional”, Renan Saldanha Godoi apresenta a oitiva informal enquanto procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e promovido pelo Ministério Público com objetivo de analisar indícios de autoria e materialidade do ato infracional do qual o adolescente ouvido está sendo acusado. Para tanto, a análise documental foi adotada como procedimento metodológico a fim de investigar como a oitiva informal tem sido apropriada em diferentes fontes que se debruçaram sobre a sua operacionalização, tais como documentos jurídicos, notas técnicas, cartilhas, projetos de leis, decisões judiciais e jurisprudências.

Após a confrontação desses documentos, o estudo evidenciou que o debate sobre a oitiva informal se encontra marcado por dissensos que têm, inclusive, orientado iniciativas legislativas que buscam promover alterações em sua operacionalização no âmbito do sistema de justiça juvenil.

No terceiro capítulo, “A experiência do Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP)”, Luciana Rocha de Araújo Benisti e Gabriela dos Santos Lusquiños apresentam a experiência do Núcleo de Audiência de Apresentação implantado na cidade do Rio de Janeiro em 2016, a partir do Convênio de Cooperação Técnica firmados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Segurança Pública/Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, e por intermédio da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/ Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE e o Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Além da abordagem das fases extrajudiciais do procedimento de apuração de ato infracional (fase policial e fase ministerial), apresentando a oitiva informal como prerrogativa

institucional e direito do adolescente, o artigo reflete sobre o fluxo de trabalho no Núcleo, bem como sugestões que visam contribuir para a sua implementação no Rio de Janeiro.

No quarto capítulo, “COVID-19 e medidas socioeducativas: breve análise a partir da experiência de assessoramento técnico no CAO Infância e Juventude/MPRJ”, Flávia Alt do Nascimento e Liliane Irencio Brotto, tendo como referência a atuação profissional das subscritoras no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CAO Infância e Juventude/MPRJ), refletem sobre os impactos decorrentes do contexto de pandemia causado pela COVID-19 para o atendimento socioeducativo de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional.

No quinto capítulo, “Jovens em conflito com a lei: “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de ato infracional no Rio de Janeiro (2017 a 2019)”, como desdobramento da sua pesquisa de doutorado sobre o “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de prática de ato infracional no Rio de Janeiro e ouvidos pelo Ministério Público (MPRJ) no procedimento de oitiva informal, Renan Saldanha Godoi apresenta uma síntese dos resultados do estudo.

Apoiado em um vasto referencial teórico que dialoga com a temática, o artigo ressalta que os sujeitos que compõem este grupo não podem ser tomados apenas como eventuais agentes de violência, mas também como vulneráveis e vítimas de toda sorte de violências e violações de direitos que demarcam suas trajetórias de vida.

No sexto capítulo, “Ato infracional: uma análise das oitivas informais na cidade do Rio de Janeiro”, partindo do pressuposto de que o debate sobre o ato infracional tem se apresentado como pauta contínua em diferentes espaços e ao longo da própria história em nossa sociedade, que muitos são os olhares e pontos de vista sobre o delito praticado por juvenis, Andreia Cidade Marinho e Soraya Sampaio Vergílio analisam os atos infracionais registrados nas oitivas informais do Rio de Janeiro.

No sétimo e último capítulo, “Situação dos adolescentes e jovens no momento da realização das oitivas e perfil dos adolescentes e jovens atendidos por sexo”, Elionaldo Fernandes Julião e Amância Renata Coelho analisam, dentre outras questões presentes no banco de dados da pesquisa (2017, 2018 e 2019), as informações sobre a situação jurídica dos adolescentes e jovens (liberados e apreendidos) no ato da realização das oitivas; os dados sobre quem estava acompanhado de responsável ou de advogado no ato da sua realização; o perfil dos que estavam liberados no momento da realização das oitivas; e o perfil dos atendidos por sexo.

Ciente da complexidade do tema e da necessidade de ampliação de estudos a partir de diferentes concepções teóricas, reconhecendo suas limitações e a necessidade de um maior investimento teórico nas áreas de ciências humanas e sociais, esta obra visa humildemente contribuir com o debate analisando parte dos dados da pesquisa desenvolvida em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todas e todos que contribuíram direta e indiretamente para esta pesquisa e publicação, principalmente aos pesquisadores Amância Renata Coelho, Andreia Cidade Marinho, Fabiana Rodrigues, Renan Saldanha Godoi, Soraya Sampaio e Thais Aguiar; ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Infância e Juventude Matéria Infracional que possibilitou a realização deste estudo, assim como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento da pesquisa e desta publicação; e aos autores que disponibilizaram os seus artigos para esta obra.

Agradeço em particular as ex-coordenadoras do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Infância e Juventude Matéria Infracional, promotoras públicas Luciana R. de Araújo Benisti e Flávia da Silva Marcondes, que, confiando no nosso trabalho, não mediram esforços para realização desta pesquisa.

Esperamos que esta obra não fique restrita ao universo acadêmico, mas que seja um importante instrumento para reflexão das discussões sobre adolescência e juventude, delinquência juvenil, violência, sistema socioeducativo e políticas de restrição e privação de liberdade no Brasil. Que seja usufruído por profissionais, pesquisadores, gestores e pelo sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e jovens, contribuindo efetivamente para implementação das políticas públicas. Que a base de dados da pesquisa seja analisada em futuros estudos possibilitando a promoção de uma maior interlocução com o tema.

Boa leitura a todxs!

Elionaldo Fernandes Julião